

RACISMO E SEXISMO NA MÍDIA ESPORTIVA: A REPRODUÇÃO DE DISCURSOS RACISTAS E OS REGIMES RACIALIZADOS DE REPRESENTAÇÃO NA COBERTURA FUTEBOLÍSTICA

RACISM AND SEXISM IN THE SPORTS MEDIA: THE REPRODUCTION OF RACIST SPEECHES AND RACIALIZED REPRESENTATION REGIMES IN SOCCER COVERAGE

Vinícius Lucena de Oliveira ¹
Soraya Maria Bernardino Barreto Januário ²

Resumo

A reprodução de discursos atravessados por violências étnico-raciais e de gênero no âmbito da comunicação esportiva é o tema central deste artigo. Por meio de um estudo de casos envolvendo atores ligados à mídia futebolística brasileira e de uma revisão bibliográfica, propõe-se uma reflexão acerca dos impactos causados por esses discursos e dos motivos pelos quais tais violências são recorrentes no campo da imprensa especializada. Com um caminho metodológico que mescla os Estudos Críticos do Discurso e a Interseccionalidade, observa-se que discursos do tipo agem no sentido de reforçar alteridades e atuarem nos processos de construção do "Outro". Destaca-se, ainda, a influência da reprodução dos chamados regimes racializados de representação no universo futebolístico sobre a construção de identidades e na instituição (e sustentação) de interdições e hierarquias fundamentadas em distinções étnico-raciais e de gênero.

Palavras-chave

esportes; futebol; mídia; racismo; representações étnico-raciais.

Abstract

The reproduction of racist and gender biased discourses in sports media is the main subject of this paper. Through a case study, it brings an analysis of speeches by professionals related to football coverage in Brazil along with a bibliographic review. This study aims to provoke discussion about the impact caused by these discourses and about the reasons why these violations are still common when it comes to football media. Following theoretical and methodological parameters of Critical Discourse Studies, we observe that the reproduction of this kind of discourses help fixing alterities, constructing the "Other" and maintaining social hierarchies; the results of this research also point to the fact that the formation of identities and subjectivities might be influenced by the existence of racialized regimes of representation.

Keywords

sports; football; media; racism; ethno-racial representations.

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE); vinicius.lucenao@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0842-0922>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6547268449827574>

2 Doutora em Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), soraya.barreto@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0405-6381>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9445751629301499>

Introdução

O futebol, por ser uma das manifestações culturais mais populares no contexto brasileiro, é atravessado por diversas problemáticas que se fazem presentes no convívio social. O racismo, que se manifesta de forma recorrente no universo futebolístico, é um desses problemas. Das proibições, nos tempos marcados pelo amadorismo do futebol no País, à incorporação do negro no esporte – que se dá em consonância com um discurso favorável à construção de uma identidade nacional brasileira na qual há a disseminação de uma narrativa que destaca positivamente uma imagem idealizada do atleta negro, ligada estritamente a aspectos da corporalidade, em um sistema de “integração racial” que, contraditoriamente, reforça hierarquias e sustenta a branquitude em um local privilegiado, relacionado à racionalidade (Abrahão; Soares, 2009) –, é possível notar que as questões étnico-raciais são latentes no âmbito do esporte mais popular do Brasil. Colocado nesse lugar que, paradoxalmente, junta o louvor à “identidade negra” (Abrahão; Soares, 2009) e a hierarquização racial, o jogador negro se torna alvo preferencial de ataques, muitas vezes amparados por ditos explicitamente racistas.

De acordo com o Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol, elaborado pelo Observatório Racial do Futebol (2023), no ano de 2022, foram registrados 111 episódios de discriminação racial envolvendo atores vinculados ao futebol brasileiro. Entre as vítimas, segundo o estudo, estão atletas, árbitros, torcedores, profissionais ligados aos clubes, integrantes da imprensa esportiva e familiares de atletas. Do frequente uso de estereótipos raciais (Hall, 2016; Hylton, 2009; MacNeill, 2006) às recorrentes injúrias raciais (Abrahão; Soares, 2009; Esteves, 2020; Vieira, 2003), os ataques, de acordo com o levantamento em questão, ocorrem em diversos ambientes: dentro dos estádios, nas redes sociais digitais, na imprensa, entre outros espaços.

Aqui, interessam-nos, particularmente, os casos nos quais a manifestação racista é pronunciada por atores ligados aos veículos de mídia. No universo de 74 casos de racismo levantados pelo Observatório Racial do Futebol ao longo de 2021, sete atos discriminatórios partiram de membros da imprensa esportiva (Observatório, 2022). Já no ano seguinte, em 2022, quatro episódios do tipo foram registrados (Observatório, 2023). Os casos em questão compreendem comentários com teor racista difundidos em meios de comunicação – como emissoras de rádio e TV, jornais impressos e redes sociais – e em perfis pessoais de comunicadores. Em todos eles, futebolistas negros são colocados em situações de desumanização por meio de discursos que reforçam os processos de diferenciação (Carneiro, 2023; Hall, 2016).

Nota-se, ainda, que tais episódios costumam ser atravessados por marcadores de gênero. Tais intersecções podem ser observadas, em especial, no caso das agressões cometidas pela equipe responsável pela transmissão oficial da Série A1 do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, direcionadas a mulheres que, na ocasião, defendiam o Esporte Clube Bahia em uma partida disputada em abril de 2021 contra a Associação Atlética Nápoli, de Santa Catarina. O caso ficou marcado pelos comentários proferidos pela dupla envolvida na cobertura do jogo, que, em determinado momento, associou

características físicas das atletas ao exotismo e a uma suposta vantagem esportiva, estabelecendo comparações entre as jogadoras e outras figuras negras ligadas à cultura popular.

Ao longo deste artigo, também analisamos outro caso que ganhou notoriedade devido à repercussão que obteve nas redes sociais digitais à época do ocorrido. Na *ESPN Brasil*, um dos principais canais especializados em coberturas esportivas da TV fechada no País, dois comentaristas, sendo um deles um ex-atleta de futebol, julgaram que dois atletas negros da Sociedade Esportiva Palmeiras enfrentavam uma “queda de rendimento” que seria, segundo eles, justificada, entre outros aspectos, pelo uso de *dreadlocks*³.

Conforme os estudos dos casos mencionados nos parágrafos anteriores e de outras ocorrências, nas quais os discursos racistas são reproduzidos por profissionais de imprensa no âmbito da cobertura futebolística, propõe-se uma análise discursiva sobre como tais comentários – que são perpetuados constantemente em produtos midiáticos como o esporte de alto nível – recuperam enunciados e práticas historicamente repetidas no contexto da cultura (Gonzalez, 2020; Vieira, 2003) e, assim, acabam por sustentar relações de desigualdades através de “reproduções ideológicas” (Van Dijk, 2011).

Tais enunciados atribuem aos corpos negros características desumanizadoras, associando determinados traços ao “exotismo” (Souza, 1990; Carneiro, 2023). Nesse processo de instituição da diferença, os corpos negros são colocados, violentamente, em um lugar ligado à primitividade, ao animalesco. Aspectos biologizantes são ressaltados em um processo de fixação da alteridade, que coloca a figura do homem branco em um lugar de centralidade (Carneiro, 2023).

Pretendemos, assim, situar os casos recentes de manifestações racistas na mídia esportiva em uma conjuntura mais ampla, um processo contínuo de construção do que Stuart Hall (2016) chama de regime racializado de representação. Para ele, “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (Hall, 2016, p. 150). Nesse sentido, adotamos uma abordagem que coloca o discurso em uma posição central na perpetuação do racismo nas sociedades contemporâneas (Van Dijk, 2010). Ainda, entendemos que as identidades e as formas de opressão não são experienciadas de forma isolada, mas de maneira interconectada e interdependente (Collins; Bilge, 2021).

Por isso, recorreremos a uma metodologia interseccional, que implica não apenas o reconhecimento das interações entre diferentes categorias de identidade, mas também à observação de como essas categorias se intersectam e influenciam as experiências individuais e coletivas (McCall, 2005); incluindo a identificação de padrões ou disparidades que surgem quando se olha para essas confluências. A partir daí, situamos os casos em questão em uma rede maior, cuja existência suscita, entre outras

³ Os *dreadlocks*, ou *dreads*, são penteados com origens milenares nos quais os cabelos se entrelaçam em formas cilíndricas. Atualmente, a adoção desse estilo costuma estar relacionada a uma afirmação de identidades negras ou relacionadas à cultura rasta.

consequências, o afastamento de mulheres – negras, em especial – do universo da mídia esportiva (Seraphim, 2022) e a reiteração de determinados regimes racializados de representação (Hall, 2016).

Representações e diferenciação na mídia

Há um arcabouço, em contínuo processo de construção, constituído por pesquisas dos campos das ciências sociais, da comunicação e de áreas correlatas que se debruçam sobre as questões étnico-raciais no futebol brasileiro. Existem estudos que abordam a inserção do negro no universo futebolístico no contexto da profissionalização do esporte no Brasil (Abrahão; Soares, 2009); que avaliam a questão da integração social e a possibilidade de ascensão social por meio do esporte, bem como aqueles que analisam as disparidades percebidas na ocupação de cargos diretivos ou com poder decisório no futebol (Vieira, 2003; Oliveira; Barreto Januário, 2022); outros focam em episódios específicos, mas que oferecem caminhos para a compreensão de um cenário maior, como o caso do processo de culpabilização do goleiro Moacir Barbosa pela derrota da seleção brasileira diante do Uruguai na Copa do Mundo de 1950 (Abrahão; Soares, 2009); há, ainda, os que trazem objetos mais recentes e denunciam a perpetuação das mais diversas práticas racistas no âmbito do esporte brasileiro (Oliveira; Barreto Januário, 2022; Esteves, 2020) e analisam os efeitos da estereotipagem direcionada a corpos negros no esporte (Abrahão; Soares, 2011; Hylton, 2009).

No entanto, nosso objetivo é promover um debate sobre episódios nos quais questões de raça, atravessadas por marcadores de gênero, estão no centro de determinadas agressões praticadas no âmbito da mídia esportiva.

Antes de discutirmos, especificamente, o que acontece na imprensa especializada, é importante reiterar que o problema das representações marcadas pelo racismo no contexto da mídia e da cultura brasileira, no geral, atinge uma parcela considerável das produções e manifestações culturais. Silva e Rosemberg (2007) analisam como racismo se manifesta na literatura, nos livros didáticos, no cinema, na televisão, em telejornais e em outros formatos jornalísticos. Entre os problemas apontados pelos autores estão um problema de representatividade que pode ser observado na maioria dos veículos. Trata-se de um constante silenciamento da mídia sobre as desigualdades raciais (tal silenciamento acaba por negar a existência do racismo e reforçar o mito da democracia racial), a colocação do branco em um lugar de superioridade⁴ e o uso recorrente de estereótipos raciais, transpassados por marcadores de gênero (Silva; Rosemberg, 2007, p. 99).

Adotando uma abordagem de cunho interseccional, Lélia Gonzalez (2020) também identifica diversas situações em que os corpos negros, em especial os corpos

4 No original: "En los diversos medios discursivos se trata al blanco como el representante natural de la especie. Sus características se consideran la norma de la humanidad. La conclusión del estudio de Rosemberg puede sintetizar los resultados observados en diversos medios: «Entre las formas latentes de discriminación contra los no blancos, tal vez la más constante sea la negación del derecho a la existencia humana –al «ser»–: el blanco es el representante de la especie. Por esta razón, se entiende que sus atributos son universales» (Rosemberg, 1985: 81). La naturalización y universalización de la condición del blanco se transfieren a la representación del público al que se dirigen los mensajes. En diversos medios de comunicación, el público se construye discursivamente como supuestamente blanco" (Silva; Rosemberg, 2007, p. 99).

das mulheres negras, são colocados em um local de subalternidade em manifestações da cultura popular (como a música e o carnaval), na imprensa e na comunicação cotidiana. As reproduções de discursos racistas nessas esferas funcionam como pedagogias culturais e discursivas do que significa ser mulher e negra para a sociedade. Tais representações estariam diretamente relacionadas aos processos de construção das identidades.

Ao discorrer sobre representações, linguagem e significados, Stuart Hall (2016) fala sobre a questão da construção das identidades, relacionando-a ao processo de construção de sentidos através da linguagem. Segundo ele, “o sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem ‘pertencemos’ – e, assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos” (Hall, 2016, p. 21-22). É justamente na demarcação do outro, na reiteração dos processos de diferenciação, que os discursos racistas na mídia se ancoram.

Em uma tentativa de elucidar o papel que o reforço das alteridades exerce sobre a perpetuação do racismo, partimos do conceito de dispositivos de racialidade, cunhado por Sueli Carneiro (2023). A autora constrói essa ideia com base na noção foucaultiana de dispositivo, que consiste em uma articulação entre uma multiplicidade de elementos (discursos, instituições, leis, proposições morais, filosóficas, entre outros) que marcam as relações de poder e “têm uma função estratégica dominante” (Carneiro, 2023, p. 28). Carneiro (2023) diz que essa noção “oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira” (Carneiro, 2023, p. 28).

Dada a definição do conceito, a autora passa a se debruçar sobre a questão da alteridade, da ontologia da diferença. Um dispositivo, segundo ela, institui “a constituição de uma nova unidade em cujo núcleo se aloja uma nova identidade padronizada, e, fora dele, uma exterioridade oposta, mas essencial para a afirmação daquela identidade nuclear” (Carneiro, 2023, p. 28). O Outro, portanto, torna-se a base da construção do Ser.

Diante disso, o dispositivo de racialidade produz uma dualidade calcada na diferenciação, com o Eu hegemônico, branco, “dotado de razoabilidade”, em um local de referência, sendo colocado como a própria personalização da ideia de humanidade. Nesse sentido, todos os que “desviam” desse padrão de humanidade, todo o “Outro”, passam por um processo de assujeitamento, coisificação e desumanização.

A autora cita, ainda, a existência de determinadas interdições que compõem um sistema excludente que nega aos corpos negros a noção de humanidade. Segundo ela, esse sistema opera diretamente no sentido do controle da mobilidade social por grupos sociais hegemônicos, o que impede que determinados corpos ocupem as chamadas “esferas privativas da branquitude” (Carneiro, 2023).

Sobre diferenciação e hierarquização pautadas em um ideal de brancura, Sueli Carneiro (2023) diz que “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizar-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2023, p. 35). Assim, traços fenotípicos, características físicas, são tidos como elementos diferenciadores.

Quando focarmos, mais adiante, nos ditos racistas proferidos por pessoas ligadas à imprensa esportiva, percebemos a recorrência desses elementos diferenciadores e avaliamos os impactos que tais construções discursivas exercem sobre os corpos negros no universo futebolístico.

No tocante aos elementos diferenciadores nas práticas discursivas, retomamos a ideia do “mito negro”, de Neusa Santos Souza (1990). Ao discorrer sobre os efeitos subjetivos do racismo e os impactos das disparidades nas relações étnico-raciais sobre a esfera psicológica, a autora fixa o conceito do “mito negro”, um “conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação” (Souza, 1990, p. 25).

Tal regime de representação – aqui estabelecemos um diálogo com as ideias de Stuart Hall (2016), dos Estudos Culturais; um pouco mais à frente, abordamos o conceito em questão – é ancorado no apelo à alteridade, à distinção racial em seu aspecto cultural, com características que remetem a parâmetros biologizantes, definindo e reforçando lugares de poder e dominação através da desumanização, da coisificação dos corpos, das subjetividades e das culturas negras (Souza, 1990).

A autora menciona, ainda, a estereotipagem – objeto também explorado, com maior profundidade, nas obras de pensadores dos Estudos Culturais como Bhabha (2007) e Hall (2016) – como um dos mecanismos acionados no contexto de reprodução desse regime de representação. Os efeitos dos discursos construídos por meio dessas representações – da coisificação, da desumanização, da reiteração da ideia moderna de que associa o branco ao padrão de humanidade e racionalidade – sobre as subjetividades negras é discutida tanto na obra da própria Neusa Santos Souza (1990) quanto em escritos clássicos de Frantz Fanon (2023).

Outro aspecto caro à nossa pesquisa é a relação entre a reprodução dos discursos racistas e o afastamento das pessoas negras das posições de poder, como cargos diretivos, no caso de instituições, ou postos incumbidos da responsabilidade de tomar decisões. De acordo com Moreira (2019), “a associação da negritude com elementos negativos e a associação da branquitude com elementos positivos permite que as pessoas brancas sejam representadas como sujeitos superiores e também os únicos capazes de atuar de forma competente na esfera pública” (Moreira, 2019).

Com base nas ideias expostas, podemos conectar esse conjunto de práticas discursivas ao que Stuart Hall (2016) chama de regime de representação ou, no caso de situações que envolvem atores racializados, regimes racializados de representação, nos termos do autor.

Sobre a “representação” em si, Hall (2016) diz que tal termo está relacionado à produção de sentidos através do uso da linguagem e que há dois “sistemas de representação”: um que “nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências entre as coisas [...] e o nosso sistema de conceitos, nossos ‘mapas conceituais’” (Hall, 2016, p. 38) e um segundo que “depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos e organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos” (Hall, 2016, p. 38).

Em *O espetáculo do outro*, Hall (2016) também correlata a ideia foucaultiana de poder à representação e à diferença. Segundo ele, o poder (no âmbito do simbólico, do cultural) compreende “o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira, dentro de um determinado ‘regime de representação’” (Hall, 2016, p. 193), o que, em determinados casos, resultaria nas chamadas violências simbólicas. Nesse contexto, os regimes de representação são definidos como “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento” (Hall, 2016, p. 150).

A partir dessa noção de regimes racializados de representação e da ideia de que os todos discursos retomam ideias preexistentes, podemos afirmar que há uma recorrência nos discursos racistas pronunciados na mídia (Silva; Rosemberg, 2007). Tais discursos se utilizam de um certo léxico, acionando determinados termos e imagens. Em seguida, analisamos esse repertório e observamos como ele costuma ser acionado no âmbito da cobertura jornalística esportiva.

A construção do outro na mídia esportiva

Entre 2021 e 2022, ao menos treze casos de discriminação racial no âmbito do futebol brasileiro foram protagonizados por profissionais da imprensa esportiva (Observatório, 2023; Observatório, 2022). Estabelecemos, em meio a esse escopo, uma amostragem intencional. O objeto deste artigo é composto por episódios que recuperam alguns dos discursos racistas mais recorrentes no contexto da cobertura futebolística.

O primeiro caso envolve a equipe de futebol de mulheres do Esporte Clube Bahia. Em abril de 2021, em uma partida válida pela série A1 (primeira divisão) do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, atletas do clube baiano foram vítimas de comentários racistas proferidos por profissionais envolvidos na transmissão da partida⁵. Durante a transmissão ao vivo, por meio da plataforma digital *MyCujoo*, o comentarista Edson Florão mencionou os “cabelos exóticos” e a “vantagem” na estatura das jogadoras da equipe nordestina, composta, em sua maioria, por mulheres negras.

“Bahia, que está aí com a sua vantagem de estatura, com esses cabelos exóticos, pelo menos meia dúzia (das jogadoras). A Nine, lateral direita, tem o cabelo mais exótico, me parece, dessa equipe do Bahia” (Observatório, 2022), disse o comentarista, referindo-se aos cabelos crespos das atletas. O comentário, que coloca os corpos em questão em um lugar associado ao exotismo (Souza, 1990), chegou a ser endossado pelo narrador, Paulo Cesar Ferrarin: “Eu até ‘tava’ brincando com esses cabelos. Parece a Margareth Menezes [cantora], lá da Bahia” (Observatório, 2022).

Após a transmissão, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) emitiu uma nota de repúdio aos “comentários preconceituosos” proferidos pela equipe de transmissão e pediu o afastamento dos profissionais à plataforma *MyCujoo*, que acatou a recomendação

5 JOGADORAS do Bahia são alvo de comentários racistas em transmissão. Correio, Salvador. 25 abr. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/KwJaLgIk>. Acesso em: 24 jan. 2024.

e afirmou que “todas as equipes de transmissão recebem orientações prévias para que esse tipo de situação não aconteça”⁶. Já o Esporte Clube Bahia publicou um vídeo institucional em repúdio às atitudes da dupla envolvida na transmissão. A peça, compartilhada nas redes sociais do clube, contou com a participação de atletas e da cantora Margareth Menezes⁷.

O episódio, que culminou com o afastamento dos dois homens das transmissões do Brasileirão Feminino, possui um componente de gênero indissociável. Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade como uma abordagem analítica que considera que categorias como raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outras, devem ser lidas como categorias que “se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (Collins; Bilge, 2021, p. 15).

Na sociedade brasileira – e, por conseguinte, no contexto da prática esportiva no País –, as mulheres negras foram colocadas, historicamente, em uma situação de vulnerabilidade, sob “uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (Carneiro, 2011, p. 127). Como herança das estruturas coloniais que fundaram a formação social brasileira – apontadas por Sueli Carneiro (2020) como “o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” – tal segmento da sociedade foi constantemente associado a práticas laborais, como pontua Lélia Gonzalez (2020).

Nesse processo, também destacam-se violências relacionadas a questões estéticas com premissas que se abarcam num ideal dominante de beleza (Moreno, 2008), de modo que, no processo de construção das alteridades, do Outro incompatível com os padrões de branquidão, “as marcas visíveis dos corpos se convertem em motivos para a discriminação racial e para a opressão” (Fonseca; Guzzo; 2018)⁸. Cabe ressaltar, ainda, que essas questões que marcam o corpo, numa perspectiva de gênero, são catapultadas para ataques misóginos que versam sobre a hipersexualização do corpo feminino e o racismo observado na hierarquização das características de raça, para além das questões de sexualidade, por exemplo.

Tais “marcas visíveis” são, de acordo com Souza (1990), frequentemente acionadas em discursos racistas. Enunciados como os descritos anteriormente nesta seção podem ser relacionados ao regime representacional que a autora chama de “mito negro”, que, no episódio em questão, é evocado pela relação estabelecida pelos comentaristas entre os corpos negros e o exotismo. Percebemos a influência da estereotipagem (Hall, 2016) a partir do momento em que a equipe de transmissão destaca uma suposta vantagem física dos atletas negros na partida, recuperando discursos que limitam as jogadoras negras a capacidades estritamente ligadas a aspectos da corporalidade. Tais discursos são comumente reproduzidos no âmbito da cobertura esportiva e foram objeto de estudo em diversas ocasiões (Hall, 2016; Hylton, 2009).

6 CBF se manifesta contra fala racista em transmissão do Brasileirão Feminino. Gazeta Esportiva. São Paulo. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/Nw21zb48>. Acesso em: 20 mar. 2024.

7 COM JOGADORAS e Margareth Menezes, Bahia se posiciona após racismo em transmissão. ESPN. São Paulo. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/aw21zPXV>. Acesso em: 20 mar. 2024.

8 No original: “las marcas visibles de los cuerpos se convierten en motivo de discriminación racial y de opresión”.

Ao discorrer sobre o chamado “racismo cotidiano”, Grada Kilomba (2019) fala, em primeira pessoa, dos efeitos que ataques semelhantes aos sofridos pelas atletas do Bahia, taxadas como “exóticas” na ocasião, podem ter sobre a mulher negra e sobre a construção das suas subjetividades:

Toda vez que sou colocado como “outra” – seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” apaixonada, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica –, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido (Kilomba, 2019, p. 78, grifo do autor).

Kilomba (2019) ainda aborda, em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, a questão dos cabelos lidos pela branquitude como “sinais repulsivos da negritude”, como podemos observar no caso supracitado. A autora chama atenção para o fato de determinados penteados, em certos contextos, são carregados de um posicionamento político:

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. (Kilomba, 2019, p. 126-127, grifo do autor).

O uso do discurso em questão em um produto midiático ainda denota a existência de relações de poder no ecossistema que compreende as práticas esportivas. Aqui, destacamos o caráter simbólico do poder, como apontado por Hall (2016), visto que determinados atores se veem autorizados a representar o outro sob a lógica da diferenciação, reforçando os chamados regimes racializados de representação (Hall, 2016).

Meses após o caso envolvendo as atletas do Bahia, dois comentaristas da *ESPN Brasil* foram acusados de racismo nas redes sociais. Em um programa no estilo mesa redonda, o jornalista Fábio Sormani e o comentarista Zé Elias, ex-jogador profissional de futebol, teceram críticas a dois atletas negros que, à época, atuavam pela Sociedade Esportiva Palmeiras (SP). As críticas feitas por Sormani, entretanto, relacionavam uma suposta “falta de foco” e uma “queda de rendimento” dos jogadores Danilo e Patrick de Paula a intervenções estéticas realizadas pela dupla; na ocasião, um dos atletas adotou um penteado com *dreadlocks*. No debate transmitido ao vivo, o comentarista falou:

Você vê o Danilo com o cabelo rastafári... os caras estão deslumbrados. O Patrick de Paula foi pego em uma quebrada aí durante a noite e foi afastado. Precisa ver como é que essa molecada está se comportando. O meu meio campo do Palmeiras é Danilo e Patrick de Paula, mas esses caras não estão entregando. E por que esses jogadores não estão entregando? É chuteira colorida, rastafári, fitinha... divisão do foco. [...] Ao invés de passar seu tempo estudando o adversário, você passa seu tempo na frente do espelho olhando o rastafári (Fórum, 2021)⁹.

Há, nas falas dos comentaristas, símbolos de um processo de infantilização comumente acionado no universo do futebol dos homens. Sandra Corazza (2000) observa a ação de um “poder infantilizador” sobre o homem adulto, fenômeno que fomenta a docilização de subjetividades e identidades, fazendo com que o sujeito seja entendido como vulnerável ou incapaz (Corazza, 2000). Como exemplo emblemático disso está a referência da mídia ao “Menino Ney”, em relação ao jogador Neymar Júnior¹⁰. Essa infantilização, especialmente em casos como o exposto no parágrafo anterior, coloca os sujeitos do discurso em uma posição de inaptidão, de “deslumbramento” – termo usado pelo comentarista, que adota um tom paternalista em sua fala, para se referir à dupla de atletas do Palmeiras – diante de determinadas situações.

Se, por um lado, há a infantilização típica das masculinidades de forma geral, especialmente no discurso midiático; existe, ainda, uma tratativa diferenciada ligada às masculinidades negras. Nesse sentido, o homem negro precisa performar uma virilidade hiperbólica, na qual a potência do seu corpo seja matéria de sua diferenciação (Gonzalez, 2020), não cabendo “queda de rendimento”.

Ao discorrer sobre os processos de racialização e a construção das subjetividades, Faustino (2014) aborda os impactos que a chamada “reificação racializada” exerce sobre os homens negros. Se “‘Ser negrão de verdade’ implica [...] ter habilidades para os esportes e outras tarefas manuais, ter força física descomunal [...] ser ‘macho ao quadrado’ em todas as situações exigidas, e só a partir desses atributos ser reconhecido” (Faustino, 2014, p. 91), pode-se observar que as masculinidades que apresentarem supostos desvios a essas expectativas, que não corresponderem a esses estereótipos, serão alvo de críticas – como vimos no caso em questão – e podem vivenciar, segundo o autor, “um sofrimento psíquico intenso, pois além de não ser reconhecido como homem por ser negro, não consegue ser reconhecido como homem negro em todos os atributos reificados que envolvem este reconhecimento” (Faustino, 2014, p. 92).

Assim, torna-se evidente o racismo atrelado à identidade negra e à ideia estereotipada em torno do homem negro, num processo de subalternização das masculinidades negras (Carneiro, 2020). Ao destacar os *dreadlocks* dos jogadores, os comentaristas revelam como a constituição de uma identidade autônoma se vê impedida, já que o modelo de identificação normativo-estruturante é o do homem branco e de sua cultura, como propõe Isildinha Nogueira (2021).

9 ZÉ ELIAS e Sormani cometem racismo ao comentar cabelo de jogadores do Palmeiras. Revista Fórum, 27 set. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/XwJaBzl9>. Acesso em: 24 jan. 2024.

10 A NOITE de gala do Menino Ney. Correio Braziliense, Brasília. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Aw92ql9D>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Em outra ocasião, o jornalista Adroaldo Guerra Filho, conhecido popularmente como Guerrinha, da *Rádio Gaúcha de Porto Alegre*, afirmou que o treinador Roger Machado – então vinculado ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (RS) – tinha “a alma mais branca” que a dele (Observatório, 2023). O caso, que aconteceu em agosto de 2022 e ganhou repercussão nas redes sociais digitais, pode ser lido como um exemplo de como a brancura costuma ser colocada em um lugar de referência, de humanidade. A afirmação feita pelo comentarista, por exemplo, traz, nas entrelinhas, um dito racista: corpos que se distanciam do padrão estabelecido pela branquitude, via de regra, não possuem a chamada “alma branca” e, portanto, devem ser considerados maus exemplos.

Os possíveis efeitos de discursos como os que foram reproduzidos ao longo desta seção estão relacionados, entre outros fatores, à fixação da alteridade e à consequente hierarquização com base na aproximação ou no distanciamento dos corpos no tocante a um padrão de brancura. Sobre o processo de construção do Outro por meio da alusão constante às diferenças, Kilomba (2019) diz, com uma série de questionamentos, que o “processo de discriminação” ocupa um papel central na diferenciação:

Quem é “diferente” de quem? É o *sujeito negro* “diferente” do *sujeito branco* ou o contrário, é o *branco* “diferente” do *negro*? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (Kilomba, 2019, p. 75, grifo do autor).

Nesse processo de fixação da alteridade através dos regimes racializados de representação, é fundamental direcionar o olhar a quem detém o poder de falar, quem está na condição de objeto e quem é o sujeito (Kilomba, 2019)?

O estudo “Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?” – publicado em 2023 pelo Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – aponta que, nos principais veículos jornalísticos do Brasil, 84,4% dos que escrevem são brancos; 6,1%, pardos; 3,4%, negros; 1,8%, amarelos; e apenas 0,1%, indígenas¹¹. A pesquisa descreve, ainda, que “a maioria das autorias são assinadas por homens brancos e, na sequência, por mulheres brancas. Em menores proporções estão os homens negros e as mulheres negras, respectivamente” (Portela; Sá; Feres Jr.; Lemos; Mina, 2023). Há, portanto, evidências que indicam a predominância dos pontos de vista brancos no âmbito da produção jornalística (inclusive o jornalismo esportivo) no Brasil.

11 PORTELA, Poema; SÁ, Izabele; FERES JR., João; LEMOS, Fernanda; MINA, João Pedro. Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil? Rio de Janeiro: Gemaa, IESP-UERJ, 2023. Disponível em: <http://tinyurl.com/vcapaj86>. Acesso em: 24 jan. 2024.

O poder de controle das esferas discursivas está relacionado a uma cadeia mais ampla. Para Moreira (2019), “a identidade racial branca é um lugar de poder social e também um mecanismo de reprodução de relações raciais hierárquicas. Mais do que uma mera designação racial, ela indica um lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante” (Moreira, 2019).

Considerando a existência dessa estrutura marcada por hierarquias baseadas em critérios étnico-raciais, “o discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual” (Van Dijk, 2008, p. 18).

Assim, é possível afirmar que os regimes racializados de representação (Hall, 2016) são constituídos, no âmbito da comunicação esportiva, por um determinado repertório que reforça hierarquias étnico-raciais, atravessadas por questões de gênero, a partir de estratégias como a estereotipagem, a desumanização, o reforço de diferenças em aspectos corporais para ressaltar a existência do Outro e de um padrão do qual esse Outro se distancia, entre outras.

A centralidade do discurso e a construção de identidades

Outros pontos que devem ser destacados na análise de casos de violências circunscritas por aspectos étnico-raciais e de gênero na imprensa são o alcance e a credibilidade dos meios nos quais esses discursos são veiculados. Para Fischer (2002), a mídia possui um caráter pedagógico, desempenhando um papel central na “constituição de sujeitos e subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem” (Fischer, 2002).

No mesmo sentido, podemos afirmar que certos discursos – perpetrados pelos regimes de representação que norteiam boa parte da produção cultural no contexto das sociedades ocidentais – tendem a exercer, especialmente quando veiculados em canais de amplo alcance, uma influência na manutenção das configurações sociais vigentes.

Van Dijk (2008; 2016) discorre, ao longo de sua obra, sobre a centralidade do discurso na perpetuação do racismo e de outras opressões existentes nas sociedades latino-americanas. Para o autor, “a maior parte dos membros dos grupos dominantes aprendem o racismo através dos discursos de uma ampla variedade de fatos comunicativos” (Van Dijk, 2016, p. 25).

Essa legitimação do racismo, ainda segundo Van Dijk (2008), acontece através do discurso¹², que, por sua vez, está diretamente ligado ao exercício do poder simbólico. O autor defende que as chamadas “elites simbólicas”, que controlam a maior parte do acesso ao discurso, possuem um papel central na construção e na reprodução de determinados conceitos e valores ideológicos que podem ter uma penetração no

¹² Vale ressaltar que, segundo o autor, tais discursos compreendem, além de produtos jornalísticos e culturais, as mais diversas formas de comunicação cotidiana (Van Dijk, 2008).

convívio social e, conseqüentemente, resultar em um reforço das hierarquias étnico-raciais e de gênero.

Van Dijk ainda explica que tais processos se dão, principalmente, por demonstrações mais “sutis” de racismo. Marcados por um racismo quase velado, esses discursos se assemelham aos que analisamos na seção anterior. Não se tratam, exatamente de manifestações mais evidentes da discriminação racial (atos que costumam ser repudiados pela sociedade e que podem ser enquadrados como ações criminosas), mas de enunciados que incorporam – de formas naturalizadas, por vezes proferidos de formas não deliberados e, portanto, pouco perceptíveis – os regimes racializados de representação de Stuart Hall (2016), o mito negro de Neusa Santos Souza (1990), a estereotipagem no âmbito da prática esportiva (Hylton, 2009), entre outros artifícios que colocam os corpos negros em uma posição de subalternidade (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2023).

Nesse contexto, é fundamental reiterar que a cultura exerce uma influência sobre a construção dos sujeitos (Hall, 2016). É em contato com os “sistemas classificatórios” existentes que nos posicionamos e definimos quem somos e como agimos. Em outras palavras, a cultura, os sistemas classificatórios e os regimes de representação têm o poder de constituir os sujeitos, em um processo contínuo, passível de constantes transformações, de produção de identidades (Hall, 2016).

A influência do discurso na perpetuação de violências étnico-raciais e de gênero, no entanto, não implica a existência de um receptor passivo. Hall (2016) afirma que as identidades e as subjetividades são construídas conforme uma série de negociações que os próprios sujeitos agenciam com as representações culturais que os interpelam.

Considerações finais

A partir de um estudo de casos ancorado em uma metodologia interseccional (McCall, 2005) associada aos caminhos metodológicos apontados pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD), notamos que a cobertura esportiva contemporânea é atravessada, de diversos modos, por marcadores étnico-raciais e de gênero que incidem, de maneira interseccional, sobre boa parte dos produtos midiáticos vinculados ao futebol. Isso ocorre através da reprodução de discursos ancorados na diferenciação, com enunciados que reforçam o imaginário do Outro racializado e, conseqüentemente, sistemas de hierarquização baseados na proximidade ou no distanciamento de um padrão cujo referencial é a branquidade; da reprodução de estereótipos raciais e de gênero; entre outras violências que podem ser lidas como estratégias de manutenção e exercício de um poder simbólico.

Ao longo das páginas anteriores, discorreremos, ainda, sobre como tais problemas incidem sobre as subjetividades, sobre o processo de construção de identidades e a demarcação dos espaços destinados aos corpos negros no âmbito da prática esportiva.

É válido, por fim, ressaltar que, como tudo o que está inserido no âmbito da cultura, o campo das representações não é dotado de um caráter estático. Os regimes de representação, segundo Stuart Hall (2016), são mutáveis, passíveis de transforma-

ções. Essas possíveis mudanças ocorrem, de acordo com o autor, devido a uma série de negociações e lutas travadas entre os sujeitos que podem resultar em processos de subversão da fixação dos significados.

Hall (2016, p. 211) diz que, nesses processos, “o significado começa a escorregar e deslizar”. Assim, “novos significados são enxertados nos antigos. Palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas por ninguém, e esses significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos” (Hall, 2016, p. 211).

É nessa janela aberta para transformações que situamos esta pesquisa. Problemas como a recorrente reprodução de discursos tomados por violências étnico-raciais e de gênero, bem como a sub-representação de pessoas negras em veículos de imprensa (Portela; Sá; Feres Jr.; Lemos; Mina, 2023), devem ser denunciados e questionados, inclusive no âmbito da academia. Assim, considerando o papel desempenhado por esses discursos na manutenção de hierarquias que vão além do campo dos esportes e perpassam outras esferas do convívio social, faz-se necessária a construção de uma imprensa esportiva fortemente comprometida com o respeito às diversidades.

Referências

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge. O elogio ao negro no espaço do futebol: entre a integração pós-escravidão e a manutenção das hierarquias sociais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 30, n. 2-3, p. 9-23, jan. 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/JeuEqx2E>. Acesso em 22 dez. 2023.

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge. O que o brasileiro não esquece nem a tiro é o chamado frango de Barbosa: questões sobre o racismo no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 13-31, 2009. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.3033>

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORAZZA, Sandra. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijui. 2000.

ESTEVES, Emerson Maciel. **Pele alva e pele alvo: uma análise sobre a cobertura do jornalismo esportivo audiovisual sobre casos de racismo no futebol**. 2020. 88f. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://t.ly/vLxba>. Acesso em 12 nov. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva A. (Org.) **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-104.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 28, n. 1, p. 151-162, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100011>

FONSECA, Inara; GUZZO, Morgani. Feminismos y herida colonial: una propuesta para rescatar los cuerpos secuestrados en Brasil. **Tabula Rasa**, n. 29, p. 65-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.n29.04>

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

HYLTON, Kevin. **Race and Sport: critical race theory**. Oxford: Routledge, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACNEILL, Margaret. Estudos de mídia do esporte e a (re)produção de identidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 9-38, set. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338527002.pdf>. Acesso em 27 mai. 2024.

MCCALL, L. **The complexity of intersectionality**. Signs, Chicago, v. 30, n. 3, p. 1779-1800, 2005.

MORENO, R. **A beleza impossível – mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Ágora. 2008.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

OBSERVATÓRIO Racial do Futebol. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2021**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2022. Disponível em: <https://t.ly/jJloX>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO Racial do Futebol. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2022**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2023. Disponível em: https://observatorio-racialfutebol.com.br/Relatorios/2022/RELATORIO_DISCRIMINACAO_RACIAL_2022.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA, Vinícius Lucena; BARRETO JANUÁRIO, Soraya. Questões étnico-raciais no futebol contemporâneo: como o racismo estrutural opera no esporte mais popular do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa, UFPB, 2022. **Anais [...]**. Disponível em: <http://tinyurl.com/4zxxe6p2>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PORTELA, Poema; SÁ, Izabele; FERES JR., João; LEMOS, Fernanda; MINA, João Pedro. **Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?** Rio de Janeiro: Gemaa, IESP-UERJ, 2023. p. 1-21. Disponível em: <http://tinyurl.com/vcapaj86>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SERAPHIM, Rafaelle. E eu não sou uma mulher? In: **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2021**. Porto Alegre: 2022. p. 154-155.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Negros y blancos en los media brasileños: el discurso racista y las prácticas de resistencia. In: VAN DIJK, Teun. (Org.). **Racismo y Discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007. p. 89-136.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2011.

VAN DIJK, Teun. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, s8-s29. 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2016.s.23189>

VAN DIJK, Teun. Análisis del discurso del racismo. **Crítica y emancipación**: revista latinoamericana de ciencias sociales, ano II, n. 3, p. 65 -94, 1º sem. 2010.

VIEIRA, José Jairo. Considerações sobre preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 42-43, p. 221-244, jan./ jul. 2003. Disponível em: <http://tinyurl.com/29heb6st>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Recebido em: 24 jan. 2024
Aprovado em: 18 mar. 2024